

MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: um olhar para as produções acadêmicas

Milena Pontes Gusmão **

Manuel Pacheco Neto*

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de um estudo, que tem por objetivo apontar de que forma o monitoramento educacional é percebido por autores de produções acadêmicas. Para elaboração desse trabalho foram realizados estudos bibliográficos, utilizando basicamente quatro artigos como foco de pesquisa, visando responder à problemática. De acordo com o trabalho realizado, podemos afirmar que após divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), surge uma preocupação tanto de professores quando de gestores na tentativa de melhoria de seus resultados. Mudaram-se as ações e práticas dentro das instituições, para que se alcancem suas projeções de médias.

Palavras chave: Educação. Avaliação em larga escala. Monitoramento educacional.

MONITORING BASIC EDUCATION IN BRAZIL: A LOOK TO THE ACADEMIC PRODUCTIONS

ABSTRACT: This paper presents results of a study that aims to point out how the educational monitoring is perceived by authors from academic productions. For preparation of this work bibliographical studies were performed, framing basically four articles focused on research, with the intention of answering the problem. According to the work done, we can say that after the publication of results of Ideb, there is a concern of both teachers as managers in an attempt to improve its results. They move actions and practices within the institutions to reach their projected averages.

Keywords: Education. Evaluation scale. Educational monitoring.

Introdução

Neste texto apresentamos os resultados provenientes do Trabalho de Pós – Graduação em Educação(Lato Senso), o qual teve por objetivo conhecer trabalhos acerca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Buscando, dessa

** Pós-Graduada Lato Sensu em Formação de Profissionais da Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD -FAED. Graduada em Pedagogia (Licenciatura) no ano de 2011 pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

* Possui Graduação em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (1989), Especialização em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Grande Dourados (1997), Mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP (2007). Atualmente é Professor Adjunto III da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. É membro pesquisador de dois grupos de pesquisa: GEPHEMS (Grupo de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade) e DEHSCUBRA (Educação, História e Cultura: Brasil, séculos XVI, XVII e XVIII).

forma entender a percepção de autores que estudaram os impactos de tal avaliação educacional, utilizando o estudo bibliográfico como fonte de pesquisa.

A escolha do tema deve-se a recorrentes discussões em torno de uma qualidade educacional no Brasil, que tem gerado diversos investimentos e suscitado ações governamentais para que haja de fato um crescimento da qualidade educacional no país.

Surge no Brasil, devido a esse contexto de investimentos em qualidade educacional, o primeiro indicador de aferição para esse fim, enquadra-se ainda como ferramenta de monitoramento da educação básica no país, para tal finalidade, surge o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Sendo assim, nesse artigo, a primeira seção definimos monitoramento e caracterizamos a sua introdução na política e gestão da educação básica no Brasil atual, mostrando como o país vem se organizando e praticando o monitoramento da educação básica, sob iniciativa do Governo Federal.

Seguindo essa linha de pesquisa, definimos o Ideb como ferramenta de monitoramento no Brasil, apontamos ainda como o país tem participado de iniciativas internacionais de monitoramento educacional.

Na segunda seção, apresentamos os estudos bibliográficos realizados acerca da temática, visando a compreender de que forma a avaliação tem sido entendida e praticada no a partir da óptica de autores que analisaram tal ferramenta em escolas Brasileiras.

1 Monitoramento da educação no Brasil

A prática de monitoramento educacional é bastante recente, enquanto a maioria dos países desenvolvidos se organizou para realizá-la desde os anos 1980. Conforme explica Souza (2005, p.158) “O monitoramento refere-se ao acompanhamento da evolução dos indicadores, sendo útil para sinalizar situações indesejáveis, que requerem ações corretivas”. Comprendemos então que é feita uma análise em cima do que vem sendo realizado.

Conforme o autor citado, entendemos que o monitoramento é um suporte de auxílio, na medida em que detecta o que não está produzindo resultados positivos.

Sendo assim, podemos tratá-lo como o que torna favorável o crescimento da qualidade educacional, agindo com medidas de intervenção, se necessário, nessa mesma ação.

O debate educacional atual em torno da “qualidade educacional” tem suscitado investimentos governamentais em indicadores educacionais cada vez mais sofisticados, já que os indicadores segundo Souza (2005, p.) “servem para dimensionar a magnitude de um fenômeno e permitir conhecer sua evolução temporal, através da taxa de variação no tempo”.

Uma das principais funções do indicador é o monitoramento, e para Mello e Souza os indicadores educacionais podem ser divididos em dois grupos:

Os indicadores educacionais podem ser divididos em dois grandes grupos: aqueles que descrevem a situação educacional da população como um todo e aqueles que tomam como referência apenas os que estão estudando. (MELLO e SOUZA, 2005, p.162).

Os autores nos mostram que podemos enquadrar as avaliações brasileiras em larga escala, no primeiro grupo, já que as mesmas descrevem a situação em que a população se enquadra.

Para Souza (1997) “há registros de que no Brasil, a partir da década de 1960 se deu “a ampliação do uso de testes educacionais”. A mesma autora nos situa quanto a períodos históricos no interesse de um sistema de avaliação.

No entanto, situa-se nos anos finais da década de 80 a primeira iniciativa de organização de um sistema de avaliação do ensino fundamental, em âmbito nacional, denominado pelo MEC, a partir de 1991, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). (SOUZA, 1997, p. 275).

Historicamente, é a partir da década de 1990 que se observa um expressivo interesse estatal pela avaliação educacional, enquanto importante ferramenta para o monitoramento da educação no Brasil. Silva e Lira (2012), afirmam que a referida importância para avaliação, teve destaque a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (Presidente da República de 1995 a 2002). Tal governo foi marcado pela ampliação do interesse pela avaliação externa das escolas e pela instituição de

medidas/iniciativas de avaliação, ainda segundo esse mesmo autor, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) se aprimorou e se consolidou tais iniciativas.

Sendo assim, a avaliação tem sido entendida em grande número de países, inclusive o Brasil, como um dos instrumentos essenciais para o alcance de uma educação de qualidade. Nesta o aprender está associado à capacidade de intervenção alternativa, baseando-se em uma cultura educacional na qual se dá prioridade às atitudes de pesquisa e autonomia crítica, bem como ao que leve o aluno a alcançar as competências e habilidades necessárias.

Segundo Perrenoud (1999, p.7) competência é “uma capacidade de agir eficazmente em um tipo de situação, capacidade que se apoia em conhecimentos, mas não se reduz a eles”.

Sendo a escola disseminadora de conhecimento, observamos então a importância e sua capacidade de fazer com que o aluno adquira suas habilidades e capacidades ofertadas então no ensino. A partir desta idéia, podemos dizer que o aluno que bem aprendeu será bem avaliado. Logo, existe então um interesse da escola entre o ensino e avaliação.

Para Souza (1997):

Sendo objetivo nuclear da escola o ensino e, portanto, o processo de apropriação tem por função diagnosticar e estimular o avanço do conhecimento. Seus resultados devem servir para orientação da aprendizagem cumprindo uma função eminente educacional, rompendo com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação. (SOUZA, 1997, p. 274-275).

No caso da LDBEN 9394/96 notamos os indicadores de qualidade que a educação no Brasil se propõe:

[...] ser a formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LDB 9394/96. p.236)

O Brasil tem investido em avaliações em larga escala, com foco no rendimento dos alunos, como um importante indicador da qualidade do ensino no país. Segundo (FREITAS *et all*, 2009) destaca que a:

Avaliação em larga escala tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas. (FREITAS *et all*, 2009, p.47)

Freitas (2007) também faz menção de que a avaliação em larga escala e o monitoramento representam uma das estratégias recentes da União na indução da melhoria da qualidade da educação nacional.

A avaliação em larga escala firmou-se recentemente no Brasil como componente importante do monitoramento da educação básica e superior, propondo-se não só à aferição da qualidade dos resultados de ambas como indução da qualificação pretendida para os sistemas e as instituições de ensino. (FREITAS, 2007, p. 1).

O Brasil tem conduzido suas políticas educacionais via monitoramento educacional, fazendo a utilização das avaliações em larga escala como instrumento principal, tanto nas avaliações realizadas nacionalmente como internacionalmente, já que para Fletcher (1995) “Os sistemas de avaliações são necessariamente embutidos em hierarquias burocráticas.

Para tal, a avaliação em larga escala vem sendo utilizada na tentativa de busca de “qualidade educacional”, na medida em que avalia seu público alvo, se obtém resultado dessas avaliações, propiciando dessa forma uma dimensão geral de como tem se apresentado a educação no país. Nesse sentido podemos conceituar qualidade educacional conforme Ferreira; Tenório (2010).

[...] A qualidade em educação é um conceito multidimensional, exigindo um conjunto finito de indicadores para melhor ser apreendida. A construção de indicadores requer a identificação das dimensões mais fundamentais de qualidade em educação, além da criação de formas apropriadas de medição, momento em que os aspectos a serem avaliados devem considerar: uma perspectiva sistêmica, como na qualidade formal e na gestão educacional; uma perspectiva focalizada no cotidiano em que os interesses em jogo efetivamente se expressam; e os diferentes modelos gerenciais de qualidade em educação (FERREIRA; TENÓRIO, 2010, p.172).

Entendemos então que avaliação em larga escala tem se firmado a nível nacional no sentido de obtenção da melhoria e qualidade da educação ofertada. Na medida em que se avança, os benefícios da mesma podem ser observados, logo se justificam as políticas educacionais que propiciam o monitoramento.

2 Monitoramento da educação básica – iniciativas do governo federal

Nacionalmente, o país dispõe para o monitoramento educacional o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que, no ano de 2005, a partir da Portaria n. 931/2005, passa a ser composto por dois instrumentos: a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Esta última tem as mesmas características do Saeb, logo é divulgada com o mesmo nome.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi a primeira iniciativa brasileira que buscou o conhecimento de nosso sistema educacional detalhado, iniciando seu desenvolvimento no final dos anos de 1980, sendo aplicado pela primeira vez em 1990. Esta avaliação é realizada a cada dois anos e avalia uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e também os alunos do 3º ano do ensino médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural. (BRASIL, 2010).

Desde 1995, o SAEB pesquisa o desempenho escolar alcançado pelos alunos na 4ª e na 8ª séries do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio. As áreas avaliadas são Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, sendo que na 3ª série do Ensino Médio a área de Ciências compreende Física, Química e Biologia. A partir de 1999, as avaliações passam a incluir História e Geografia (BONAMINO, 2002 p.16).

Souza nos traz uma visão compacta das finalidades principais do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Tendo como finalidade reverter o quadro de baixa qualidade e produtividade do ensino, caracterizadas essencialmente, pelos índices de repetência e evasão escolar, define-se o SAEB como um sistema de monitoramento contínuo, capaz de subsidiar as políticas de ensino. (SOUZA, 1997, p. 277).

A Prova Brasil foi criada no ano de 2005, visando à necessidade de um maior detalhamento da prova realizada pelo Saeb, complementado-a ao trazer o resultado de

cada município e escola participante. Essa Prova avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino, de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. (BRASIL, 2010).

Além das avaliações nacionais, contamos com o Censo escolar, que faz parte das ações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para a coleta e análise de dados estatísticos. O Censo é realizado todos os anos, junto aos estabelecimentos de ensino, com o objetivo de levantar dados e informações relativas à educação básica. Visando assim, auxiliar na elaboração de análises, diagnósticos e planejamento do sistema educacional do País e a definição e monitoramento das políticas públicas que promovam um ensino de qualidade para (BRASIL, 2010).

O órgão do Estado responsável pelas estatísticas e avaliações educacionais é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP). Essa autarquia do Ministério da Educação (MEC) criou as condições técnicas para o monitoramento educacional pelo governo federal e também pelos governos estaduais e municipais.

Especialmente decisivo para isso foi a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2007. Esse Índice tem como finalidade expressa medir a qualidade educacional do país. Para Reynaldo Fernandes (2007, p. 17), que concebeu O Ideb, esse índice “[...] representa um avanço em relação aos indicadores atualmente utilizados para monitorar o sistema de ensino no País. O autor¹ se referia ao uso isolado de indicadores estatísticos e resultantes de avaliação”.

No decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, o Ideb aparece como sendo a ferramenta para medir a qualidade na educação, encontrado no capítulo II DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso, aponta:

Art. 3º. A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação

¹ Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2007, e professor titular da Universidade de São Paulo (USP).

Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Decreto 6.094 Prova Brasil).

Com tal finalidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) reúne em uma única fórmula dois indicadores: a proficiência e o fluxo. A proficiência é medida a partir dos resultados obtidos por meio da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o fluxo é medido pela taxa de aprovação obtida por meio do Censo Escolar. Com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores resultados importantes a nível educacional: aprendizagem e fluxo (INEP).

As avaliações em escala nacional citadas acima, trazem as principais características de construção e busca de melhoria dos seus resultados e eficiência. São grandes avanços quando tratamos de indicadores de qualidade da educação brasileira. Dessa forma, podemos apontar que, são somas de medidas que buscam avanços maiores, no que diz respeito a prática de monitoramento educacional.

3. A participação da sociedade no monitoramento educacional

A sociedade em geral tem a sua parcela de participação no monitoramento da educação no país. A mesma pode acompanhar a forma com que a educação está sendo oferecida e cobrar melhorias que levem ao alcance da qualidade educacional.

Um exemplo de mobilização da sociedade civil é a Campanha Nacional pelo direito à Educação, que surgiu no ano de 1999, impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil, que participaria da Cúpula Mundial de Educação em Dakar, no ano de 2000. Teve como principal objetivo a ampliação do direito a educação, para que todos os brasileiros tenham direito à educação de qualidade no país.

A mesma campanha atualmente é considerada a articulação mais ampla e no campo da educação básica no Brasil, constituindo-se como uma rede que articula mais de 200 grupos e entidades distribuídas no país, incluindo também fundações, grupos universitários, estudantis, juvenis e comunitários, movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Conta com a participação de cidadãos que acreditam na construção de um país justo e sustentável, por meio da oferta de uma educação pública de qualidade.

Outra iniciativa é o movimento “Todos Pela Educação”. Financiado pela iniciativa privada, participam a sociedade civil organizada, empresários, além de educadores e gestores públicos. O objetivo anunciado desse movimento é contribuir para que se garanta paracrianças e jovens o direito à educação básica de qualidade.

O movimento “Todos pela Educação”, por exemplo, objetiva alcançar cinco metas:

- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
- toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
- todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
- todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos;
- investimento em Educação ampliado e bem gerido.

As metas são referenciais e incentivos, para que a sociedade acompanhe e cobre a oferta de Educação de qualidade para todos. Possui patrocinadores como Banco Real, Instituto Unibanco, Fundação Bradesco, Fundação Itaú, Suzano Papel e Celulose entre outros. Possui também um vasto número de apoiadores e parceiros.

A inserção da sociedade e participação de fato nesse processo é uma forma de tornar acessível a busca de melhores soluções e maiores implementações no que diz respeito a avanços educacionais. Nesse sentido, Dalben (2009) nos traz também uma medida de cuidado na exposição de resultados perante a sociedade.

Neste sentido, é forçoso que os resultados dessas avaliações sejam apropriados e maneira conveniente dentro dos seus limites políticos, epistemológicos e metodológicos. Um amplo processo de divulgação e esclarecimento à sociedade de modo geral sobre em que consiste qualquer modelo de avaliação-seu planejamento, objetivos e metodologias - deve ocorrer de uma estratégia cuidadosa para não expor os resultados aos riscos de uma interpretação equivocada, capaz de oferecer a eles a amplitude e profundidade que não têm e o sentido e inadequação quanto ao que pretendem. (DALBEN, 2009, p.106).

4 Participação brasileira no monitoramento educacional internacional

No Brasil o INEP se responsabiliza por diversas ações internacionais, visando às áreas de avaliações e estatísticas e gerando dados relativos à situação educacional no

país. Dessa forma, são estabelecidas ações cooperativas com países parceiros, fortalecendo e ampliando assim o seu alcance a nível mundial. A cooperação entre os parceiros pode auxiliar na melhoria da qualidade da informação, possibilitando-lhes reformular os seus sistemas de estatísticas, modernizando-os, aproveitando-se as experiências já realizadas ou em desenvolvimento em outros lugares.

Para exemplificar, trazemos o estudo WEI-SPS (Programa Mundial de Indicadores Educacionais), que visa pesquisar sobre escolas primárias. Trata-se de um estudo idealizado em 2002, com a finalidade de contribuir com esforços do Brasil e demais países participantes para a melhoria de acesso a qualidade de educação disponível à população, contribuindo no aprofundamento de conhecimento. Aqui, em nosso território, essa pesquisa foi realizada durante os meses de novembro de 2005 a janeiro de 2006 com diretores e professores da 4ª série do ensino primário, com o objetivo básico de comparação do funcionamento das séries das escolas primárias nos diferentes contextos nacionais.

O WEI-SPS faz parte do Programa de Indicadores Mundiais da Educação. A coleta de dados é feita anualmente visando ao desenvolvimento de estatísticas e dos indicadores educacionais, um comparativo internacional no âmbito de países em desenvolvimento.

Citamos também a participação do Brasil na Pesquisa *Education At A Glance* (Panorama da Educação). Trata-se de uma publicação produzida pelos Indicadores dos Sistemas Educacionais (INES). Anualmente, esta publicação contempla diversos temas, como o impacto da aprendizagem; o investimento financeiro; o acesso à educação; o contexto de aprendizagem e a organização das escolas. Seu objetivo é o desenvolvimento de indicadores educacionais, que servem para os países membros da Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) e países parceiros, para desenvolverem novos projetos educacionais ou aperfeiçoarem os já existentes. Além dessas pesquisas, existem outras como a TALIS (Pesquisa Internacional sobre ensino e aprendizagem) e o Mercosul Educacional.

As pesquisas citadas retratam formas de monitoramento educacional mundial sob a coordenação de Organismos Internacionais. Os estudos apresentados produzem as informações sobre a educação, de acordo com os objetivos dos órgãos coordenadores e

financiadores. Evidenciam cenários de grande importância para governos nacionais, uma vez que, utilizam metodologias de pesquisa sofisticadas, dando suporte e trazendo informações novas que facilitam as ações governamentais para com as políticas públicas educacionais.

Logo, ao tratarmos de monitoramento educacional, entendemos que houve um processo de construção e implantação no país, e esse mesmo processo se deu durante alguns anos, tornando a prática recente, no entanto já tem produzido resultados em diversas escolas do país. Esses resultados podem ser observados em estudos acerca do tema.

5. A produção acadêmica sobre o monitoramento da Educação Básica no Brasil.

Nesse contexto de construção e implantação do monitoramento no país, iniciamos essa seção do artigo já nos avizinhamo do objetivo central do texto. Cabe destacar que para realização desse estudo foram selecionados quatro artigos que tratam do tema monitoramento da Educação no Brasil, tendo como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Três dos quatro artigos pesquisados são trabalhos oriundos de dissertações de mestrado, sendo apenas um participante de uma pesquisa chamada Política Educacional e Pobreza: estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza.

Esse artigo tomou como ponto de partida, estudar trabalhos que analisassem não só os resultados obtidos pelo Ideb, mas também trouxessem a visão de como essa ferramenta vem sendo utilizada nas escolas. Logo nos deparamos com possíveis brechas, que tal estudo não poderá responder, tendo em vista que nesse artigo tratamos apenas de quatro textos, um número reduzido diante da vasta literatura encontrada a respeito do tema.

Nesse estudo, não buscamos fazer uma discussão sobre as vantagens e desvantagens da avaliação em larga escala e sim, compreender como tem ocorrido tal avaliação no Brasil, considerando suas singularidades e especificidades.

Tais textos foram escolhidos, levando em consideração o tema de interesse dessa pesquisa, que é basicamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no contexto nacional. Os anos de publicação dos mesmos são compreendidos entre 2010 e 2013. Todos os artigos estudados tiveram como ferramenta de pesquisa a *Scientific*

Electronic Library Online (SciELO), de modo a aumentar nossas possibilidades em conhecer o que já havia sido publicado nacionalmente.

Segue abaixo uma tabela com detalhes dos textos estudados para essa etapa de nossa pesquisa.

Tabela 1 - Artigos estudados

Título	Autoria	Ano
O Ideb e a prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória/ES	Caroline Falco Reis	2010
Os resultados do Ideb no cotidiano escolar	Silvana Mesquita	2012
Ideb, as mudanças na organização e no trabalho docente em uma escola Municipal de Campina Grande/PB	Andréia Ferreira da Silva e Patrícia Rocha de Brito Lira	2012
O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível	Natalia de Souza Duarte	2013

Fonte: Scientific Electronic Library Online

A partir da tabela 1, observamos apenas um texto mais antigo em relação aos outros três, sendo esse proveniente do ano de 2010, outros dois do ano de 2012 e apenas um do ano de 2013. Observamos nos três textos uma distância temporal no que se diz respeito a primeira publicação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que se deu no ano de 2005.

De acordo com a leitura dos quatro trabalhos podemos dizer que, o primeiro artigo, objetiva abordar os resultados da pesquisa, intitulada “O Ideb no município de Vitória-ES: um estudo sobre variações e variáveis no sistema e nas escolas (2005-2007)”, no que tange ao seu aspecto relativo à variável da avaliação.

Já o segundo artigo “Os resultados do Ideb no cotidiano escolar”, é fruto de uma pesquisa de mestrado sobre os “Fatores intraescolares e desempenho escolar”. Neste trabalho são apresentados dados que comprovam o impacto da divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em uma escola pública do Rio de Janeiro.

O terceiro artigo “Ideb, as mudanças na organização e no trabalho docente em uma escola Municipal de Campina Grande/PB” também apresenta resultados provenientes de uma pesquisa de mestrado, que se propôs analisar impactos da divulgação do Ideb na organização escolar e na organização do trabalho docente em uma escola municipal de Campina Grande/Paraíba.

O quarto trabalho “O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível faz parte do projeto Política educacional e pobreza: estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza”, apresenta resultados de investigação com relação das perspectivas do impacto da pobreza no Ideb das escolas públicas do Brasil.

De modo geral, conforme citamos na seção anterior sabe-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica soma em uma única fórmula, dois indicadores: a proficiência (medida através da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o fluxo (medido pelo Censo escolar).

Sendo assim, consideramos que para que todas as escolas participem do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, tendo como foco o caráter avaliativo, observa-se a necessidade de atuação do gestor educacional como disseminador de informações à comunidade escolar.

Nos quatro artigos em foco observamos que além desses dois indicadores essenciais para o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, existem outros fatores internos da escola que influenciam nos resultados. Fatores esses que podem ser observados no dia a dia escolar. Como falta de material escolar adequado, para serem trabalhadas as especificidades de cada aluno, infraestrutura física das salas de aula, formação continuada dos profissionais da educação envolvidos na escola.

No início da implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, observamos alguns fatores que poderiam negatar resultados, dentre os mesmos está a falta de informação não só para o professor das turmas avaliadas, mas como, do aluno avaliado que ao manipular a prova não sabia ao menos preencher o gabarito, existindo então uma dificuldade na realização de provas extensas e que precisem de interpretação como resposta de teoria ao item. Observa-se também nesse momento, o aluno que faz a prova desconhecendo seu objetivo, que realiza a mesma de qualquer forma.

Em três dos quatro artigos estudados, observamos que na primeira mostra de resultados apresentados no ano de 2005, algumas escolas se encontravam desorganizadas em relação a como agir diante dos baixos índices.

Em nenhum dos trabalhos organizados, observamos uma explicação detalhada de como foram repassadas essas informações a escola, ou de que modo a Secretaria de Educação divulgou essa medida de avaliação e monitoramento. Segundo a leitura,

observamos que as secretarias de educação dos municípios passaram a priorizar uma educação de qualidade sobre interesses políticos e partidários, oferecendo a essas escolas maiores recursos materiais e humanos. Além do que, as visitas às escolas foram recorrentes e o acompanhamento tornou-se mais intenso.

Há evidências, ainda segundo os artigos em questão, de que a situação de enquadramento social da escola, pode refletir nos resultados, já que quanto menor for a renda, pior o resultado e assim sucessivamente.

Segundo Duarte, (2013, p. 15) autora de um dos textos estudados:

Análises mais cuidadosas sobre os indicadores educacionais disponíveis permitem constatar esse (forte) impacto da condição econômica na situação de fracasso escolar, de modo que os baixos indicadores nos dirigem, quase sempre, aos mesmos lugares de vulnerabilidade social e pobreza.

Logo, a partir de tais evidências, englobamos alguns baixos resultados devido a especificidades sociais de inserção da escola.

Considerando que no Brasil, existem diversas classes sociais, encontra-se nas escolas públicas os alunos de renda média a baixa, cabendo então aos integrantes de gestão da escola e municipal, unirem diversas ações com o objetivo de gerarum resultado de qualidade e satisfatório.

Conforme define Salmons:

Uma escola eficaz é aquela onde os alunos progredem mais do que se poderia esperar, dadas as suas características ao serem admitidos. Uma escola eficaz, conseqüentemente, acrescentaria valor adicional aos resultados de seus alunos, em comparação com outras escolas com alunos semelhantes (SALMONS, 2008).

Podemos afirmar que a partir do meio na qual a instituição está inserida surgem problemas específicos a cada unidade escolar, não podendo generalizar a forma como deve ser trabalhada cada defasagem educacional em cada instituição.

De acordo com os estudos, percebemos que a divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, geram algumas ações dentro das escolas. Ações que venham de encontro com os problemas institucionais, mudanças na organização do trabalho docente e do trabalho gestor.

Conforme as negatividades de seus resultados foram apresentadas, o interesse em reverter tal resultado surgia em todos os envolvidos com a instituição de ensino, de modo a nortear positivamente suas ações.

Como afirma Vasconcellos (2003, p.156):

[...] o que muda a realidade é a prática. Mas não qualquer prática! Aqui está a grande questão. Se a prática pela prática resolvesse, nenhuma escola teria problema, pois todo mundo está envolvido em infinitas ações... Carecemos, sim, da ação para mudar a realidade, contudo não de qualquer tipo. É necessário qualifica-la: buscamos a prática consciente e voluntária, de caráter transformador.

Portanto, faz-se necessário que todos os profissionais estejam envolvidos e conscientes não só dos desafios, mas a forma a ser trabalhada e dedicada para conseguir os objetivos, que nesse caso é atingir a média 6.0, considerada relativamente boa para o nosso país.

Em uma das pesquisas (Os resultados do Ideb no cotidiano escolar), fica nítido o crescimento da média do Ideb em relação a divulgação passada (2005 – 2007), essa associação de melhoria e resultado se deu dentro da escola, desenvolvendo assim, ações que envolvessem professores, pais alunos e gestão escolar. Os resultados de avanço mostram o desenvolvimento tanto no desempenho cognitivo de seus alunos quanto no índice de aprovação. Sendo assim, podemos dizer que os baixos índices acabam servindo como incentivo a melhorias e ações desenvolvidas em prol do avanço.

Os profissionais envolvidos reconhecem que o crescimento nas médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas estudadas é pouco, mas ficam satisfeitos, pois acreditam que o trabalho realizado em sala e em conjunto com a gestão escolar tem surtido efeito, e isso estimula a continuação de seus trabalhos.

Em três dos quatro artigos estudados, observamos mudanças no desenvolvimento das atividades em sala, no que diz respeito ao professor e aluno. Os professores têm aplicado provas que visem habilidades específicas da Prova Brasil, tornando a prática de teoria ao item, mais familiar para aqueles alunos.

Dessa forma, consideramos essencial a função dos atores educacionais nesse processo de avaliação, já que não basta apenas informar os envolvidos, mas sim um

acompanhamento diário no desenvolvimento de seus alunos, investimentos em formação continuada de professores, infraestrutura escolar, entre outras ferramentas que viabilizam a dinamização e resultados satisfatórios. Tais questões, é claro, não fizeram parte das nossas preocupações centrais neste trabalho, pois necessitam de investigações mais aprofundadas, que poderemos empreender no futuro, oportunamente.

Considerações finais

Observamos que no Brasil a prática de monitoramento, até então recente, tem aumentado e, através de censos escolares e iniciativas de avaliações, o país tem gerado indicadores de resultados. Os estudos bibliográficos nos mostraram que o monitoramento consiste no acompanhamento da evolução dos indicadores educacionais e pode ser útil para a detecção de situações que requerem ações corretivas.

A prática de monitoramento e avaliação em larga escala figuram no país uma estratégia da União na indução da melhoria da qualidade do ensino, sendo práticas bastante recente no Brasil, já que o país se organizou em meados dos anos 1990. Tais medidas vem ocasionando alguns impactos na estrutura organizacional e de avaliação nas instituições educacionais.

De acordo com os artigos estudados, observamos que há uma efervescência nos impactos dos resultados, tanto na escola quanto na comunidade em que instituição está inserida. Existe tanto por parte da escola, quanto por parte da Secretaria de Educação a intenção de elevar seus resultados. Para isso, podemos dizer ainda, que há ações por parte da Secretaria Municipal de Educação, professores e gestores educacionais, visando tal objetivo: a melhoria de suas médias e aprendizagem de seus alunos.

Notamos que o interesse pela qualidade educacional tem adquirido espaço cada vez maior nas escolas, sendo que a divulgação dos resultados das avaliações e do Ideb permite às escolas analisar se a forma como têm trabalho traz resultados positivos. Assim, com o passar dos anos, outros serão os objetivos a serem contemplados na busca da melhoria.

Observa-se ainda, que as escolas públicas carecem de algumas ferramentas que facilitariam o trabalho dos gestores e professores, porém dentro de seus limites, há um interesse geral em alcançar melhores médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Existe uma complexidade na tangencia da prática de tal avaliação, já que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica utiliza em uma única fórmula a proficiência e o fluxo, observamos ainda que haja utilizações de aspectos de natureza subjetiva no processo de avaliação de uma escola, os quais o quesito aprovação e reprovação. Fica evidente que alguns aspectos são imensuráveis já que existem aspectos humanos e sociais dentro da instituição escolar.

Observamos que professores e gestores incentivam a prática de provas semelhantes à utilizada na Prova Brasil, trazendo a tona uma possível prática de treinamento de seus alunos na realização das avaliações, ponto favorável para provas que possuem as mesmas características.

A partir das considerações acima, podemos afirmar que após divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), existe uma preocupação tanto de professores quanto de gestores na tentativa de melhoria de seus resultados. Assim, mudam-se as ações e práticas dentro das instituições para que se alcance suas projeções de médias no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Concluimos, então, que a percepção dos gestores quanto à prática de monitoramento é de ganhos, avanços contínuos e futuros, apesar de que, as avaliações nacionais não contemplam devidamente as realidades sociais e culturais de cada realidade escolar.

Referências

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempo de avaliação educacional: O SAEB, seus agentes e tendências.** Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Ideb.** Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 11 setembro 2013.

DALBEN, Ângela Imaculada L. de Freitas. **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar: das avaliações exigidas às avaliações necessárias.** Belo Horizonte: DP&A, 2003.

DUARTE, Natalia de Souza. **O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP, v. 94, p. 343-363, 2013.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Ideb. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: INEP, Brasil,** v. 1, n. 26, p.7-26, 2007.

FLETCHER, Philip R. **Propósitos da avaliação educacional:** uma análise das alternativas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 11, p.93-141, jun. 1995.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação básica no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação Educacional:** Caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação e Sociedade:** Especial, Campinas, v. 28, n. 100, p.661-690, out. 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian. **Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional.** In: _____. *Gestão Democrática da Avaliação: Desafios contemporâneos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SOUZA, Alberto de Mello e. **A Relevância dos Indicadores Educacionais para Educação Básica:** informação e decisões. In: _____. *Dimensões da Avaliação Educacional.* Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TENÓRIO, Robinson. **Avaliação e Gestão - Teorias e Práticas:** das avaliações exigidas as avaliações necessárias. Salvador: EDUFBA, 2010.

VASCONCELLOS, C.S. **Para onde vai o Professor?** Resgate do Professor como sujeito de Transformação. São Paulo: Libertad, 2003.

SAMMONS, P. **As características-chave das escolas eficazes.** In: NIGLE, B.; SOARES, J. F. *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória.* Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

SILVA, Andréia Ferreira da Silva; LIRA, Patrícia Rocha de Brito. **Ideb, as mudanças na organização e no trabalho docente em uma escola Municipal de Campina Grande/PB.** *R. Bras. Est. Pedag.* [online]. 2014, vol.94, n.237, pp. 343-363. ISSN 2176-6681.